

OPINIÃO

AS PROMESSAS DE UM CANDIDATO*



Armando Emilio Guebuza,
candidato presidencial da Frelimo
www.armandoguebuza.blogspot.com

Os sete milhões - seu papel na promoção da boa governação e do desenvolvimento endógeno

Creio que o texto que postei de Murrupula, minha terra natal, no dia 29 de Setembro cristalizou as principais nervuras sobre a necessidade de manter e aprimorar a estratégia multi-sectorial sobre emprego pois estamos perante um desafio de carácter transversal. Gostaria agora de trazer um novo tema para debate: Os 7 milhões.

Quando decidimos em 2006 alocar 7 milhões de meticais aos distritos pretendíamos conferir uma nova vitalidade à actividade social e económica nas zonas rurais do nosso país. Esta medida foi, na realidade, a face mais visível da descentralização, a materialização do nosso compromisso de dar cada vez mais poder ao nosso povo, a maior riqueza de que este nosso belo Moçambique se pode orgulhar.

O efeito político, social e económico dos 7 milhões é substancial, como consideráveis são os novos desafios que esta realidade faz emergir, como sublinharam alguns internautas neste blog. A possibilidade de interagir com os nossos jovens através deste espaço virtual é uma oportunidade para expor alguns desses avanços e desafios e para buscar aconselhamentos sobre o que mais pode ser feito neste âmbito para um maior impacto desta experiência inovadora.

No aspecto económico, os 7 milhões podem ser vistos como uma arma para tornar a economia moçambicana mais inclusiva em vários sentidos. Inclusiva, por exemplo, por dar a todos os nossos distritos recursos para financiarem a produção, de mais comida e geração de mais postos de trabalho, actividades económicas com um grande potencial para que mais moçambicanos garantam a participação desses espaços geográficos e políticos no desenvolvimento da economia nacional. Inclusiva também por criarem facilidade para que indivíduos de extractos sociais humildes, que de outro modo não teriam como financiar as suas iniciativas económicas, tenham a possibilidade de serem actores reais na vida económica do país. Assim, moçambicanos de todas as regiões da nossa "Pátria Amada" passaram a contar com uma fonte de financiamento para viabilizar a expansão das suas áreas de cultivo, diversificação da sua produção e aumento da produtividade agrícola. Neste sentido os 7 milhões são um poderoso instrumento da Revolução Verde, ao permitir que muitos mais produtores agrários tenham a possibilidade de adquirir sementes melhoradas e outros insumos, incluindo tecnologias apropriadas, essenciais para a viabilização do nosso plano que visa conferir-nos autonomia em certas culturas e combater a fome – foi para mim muito agradável ouvir, no dia 1 de Outubro, dos meus concidadãos de Momba, distrito que era ciclicamente afectado por fome com óbitos, dizer que esse flagelo está a ser debelado!

Numa outra vertente, os 7 milhões induzem o surgimento de novos postos de trabalho em áreas como latoaria, confecções de vestuário, materiais de construção e agro-processamento não só da produção agrícola como também de fruta. Os resultados, deste empenho dos moçambicanos, estiveram uma vez mais este ano, expostos na FACIM e o desafio da embalagem tornou-se mais evidente ainda.

O efeito dos 7 milhões não se esgota nas pessoas, que directamente, recebem o financiamento ou são empregues por aqueles que recebem o financiamento. Na verdade, a melhoria das suas rendas leva-os a buscarem melhor habitação, consumo doméstico, laser e educação, e isto significa que alguém com capacidade e vocacionado para oferecer estes serviços entra na rede, um assunto que exploramos no texto sobre emprego neste blog.

Todavia, o efeito positivo dos 7 milhões estende-se para outras áreas além da económica. Pode-se referir, em primeiro lugar, ao

reforço da sociedade civil que ganha expressão através dos conselhos consultivos, órgãos que aprimoram a sua capacidade de avaliar prioridades e viabilidade e sustentabilidade de projectos a financiar. Neste exercício de debate e de avaliação, estes fora projectam-se como escolas de construção de consensos, pois o consenso é essencial para se seleccionarem alguns projectos a partir de uma lista relativamente extensa.

Os 7 milhões são também embriões de uma escola de boa governação. Ao colocar recursos nos distritos, os conselhos consultivos e o nosso povo pressionam e influenciam as autoridades administrativas para as boas práticas de prestação de contas. Afinal, os recursos disponibilizados têm de ser usados com transparência e racionalidade.

Finalmente, quero-me referir ao efeito dos 7 milhões na promoção da liberdade de expressão ao longo de todo o nosso país. Em várias ocasiões e, particularmente, no âmbito da presidência aberta e inclusiva, temos ouvido o nosso povo a expressar-se em plena liberdade, pugnando resolutamente pela boa governação, pela responsabilização e prestação de contas. Este é, na verdade, o maior ganho, aquele que terá uma poderosa influência na escolha das melhores opções locais para o desenvolvimento desta pérola do Índico.

Estes são ganhos que importa reforçar, expandindo o volume de recursos que serão descentralizados para os distritos e para serem geridos com a activa participação do Conselho Consultivo.

Ao avaliarmos o impacto dos 7 milhões temos em conta não só os problemas de gestão e de reembolso, que são reais, mas também os factores de indução de auto-estima e de um desenvolvimento sustentável e endógeno, protagonizado pelos seus beneficiários: o nosso povo. Os problemas de gestão que se colocam, não devem ser vistos como originados pela baixa instrução dos que se encontram à frente dos processos pois isso seria negar que em instituições dirigidas por quadros com formação superior não há problemas de gestão.

O que me parece que seja o desafio neste âmbito é a necessidade de tornar cada vez mais claros, para todos os intervenientes, os critérios de acesso a estes recursos. Isto implica a premência em mostrar quanto transparente é o processo de avaliação dos vários projectos apresentados.

Quanto à questão de reembolso, que também se enquadra na gestão, urge a necessidade de melhorar a capacidade de todos os agentes intervenientes para estabelecerem períodos de reembolso cada vez mais realistas, que tenham em conta o verdadeiro ciclo dos projectos. A nossa experiência, dos últimos anos, ensina-nos que as alegações de fraco desempenho nos reembolsos nem sempre tomam em consideração a natureza diferente dos projectos financiados. Gostaria de reiterar que os 7 milhões são direccionados aos nossos compatriotas pobres que através do reembolso permitem que outros pobres tenham acesso a estes recursos e, ao mesmo tempo, aumente a capacidade de empréstimo a mais pobres. São recursos que contribuem para elevar a sua auto-estima e para combater a prática de mão estendida. Por isso, seria demagógico partilhar da opinião de que os mutuários não devem devolver o empréstimo. Eles devem-no aos seus pares, também pobres, que querem libertar-se da pobreza.

Conto convosco para um debate que projecte cada vez mais luz às diferentes opções de desenvolvimento rural e nacional com que o nosso país possa contar. ■

* O nome da coluna é da nossa autoria

O efeito dos 7 milhões não se esgota nas pessoas que directamente recebem o financiamento ou são empregues por aqueles que recebem o financiamento. Na verdade, a melhoria das suas rendas leva-os a buscarem melhor habitação, consumo doméstico, laser e educação